

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 564/2006

Dispõe sobre o limite de horário para o término de competições esportivas realizadas nos estádios localizados no Município de São Paulo, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido que as competições esportivas profissionais realizadas nos estádios localizados no Município de São Paulo, com capacidade de lotação superior a 15 mil pessoas, deverão findar, no máximo, até as 23:15 horas (vinte e três horas e quinze minutos).

§ 1º - Se a partida ultrapassar o limite disposto no caput do artigo, será lavrado por agente autuador lotado na Subprefeitura mais próximo da praça onde realizou-se o evento, um relatório sobre os fatos que ensejaram atraso no término do evento. O referido expediente será encaminhado, à Comissão Especial de Avaliação - CEA, no prazo máximo de 05 dias ininterruptos à data do evento que, disporá sobre o assunto;

§ 2º - O relatório será acompanhado da súmula ou registro da partida da comissão de arbitragem, que servirá de elemento de comprovação dos fatos articulados:

§ 3º - A comissão Especial de Avaliação será composta por 01 membro da federação das respectivas modalidades esportivas, 01 membro da sociedade civil, 01 membro do sindicato das categorias dos atletas e 01 funcionário público lotado na SEME-SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES.

§ 4º - De posse do relatório, a CEA poderá arquivá-lo por insubsistência ou abrir expediente apuratório, intimando-se o responsável pela organização do evento, a apresentar sua devesa;

§ 5º - Se o parecer final proferido pela CEA, verificar que os organizadores concorreram e culpa, negligência ou imprudência no atraso do término da partida, será lavrado auto de multa nos termos do artigo 2º desta lei.

§ Estará garantida a continuidade do evento após o horário determinado como limite exceções caracterizadas por problemas técnicos que impossibilitem, a curto prazo, a continuidade do jogo, tais como: problemas meteorológicos; análise de arbitragem (minutos legais de interrupção); regulamentos onde se incluam eventuais prorrogações e disputa do jogo em tiros livres diretos ("penalts") para definição do vencedor.

Art. 2º O descumprimento ao disposto nesta lei implicará em desfavor dos organizadores do evento, multa no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil) reais, calculados em dobro, nos casos de reincidência, sendo tais valores destinados ao FUNCAD, que por sua vez, reverterão os valores para entidades filantrópicas cujo os projetos sociais sejam voltados ao esporte.

Parágrafo único. A multa de que trata o "caput" deste artigo será atualizada, anualmente, pela variação do Índice de Preços ao consumidor Amplo -IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que no caso da extinção desse índice será adotado outro que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Art. 3º As despesas decorrentes da Execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei será regulamentada, no que couber, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em março de 2010.
Agnaldo Timóteo
Vereador
Goulart
Vereador
Marco Aurélio Cunha
Vereador”

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES REUNIDAS DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA; EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O SUBSTITUTIVO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 0564/06.

Trata-se de Substitutivo apresentado em Plenário ao projeto de lei nº 564/06, que dispõe sobre o limite de horário para o término de competições esportivas realizadas nos estádios localizados no Município de São Paulo.

A alteração proposta tem por objetivo aprimorar o projeto original aperfeiçoando seus termos, razão pela qual, no que concerne ao Substitutivo ora sob análise, somos
PELA LEGALIDADE

Quanto ao mérito, a Comissão pertinente opina no sentido da aprovação do Substitutivo apresentado que melhor se coaduna com o interesse público.

A Comissão de Finanças e Orçamento se manifesta no sentido de que nada obsta a aprovação do Substitutivo.

FAVORÁVEL, portanto, o parecer.

Sala das Comissões Reunidas, 10/03/10

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Floriano Pesaro (PSDB)

Ushitaro Kamia (DEM)

Gabriel Chalita (PSB)

Agnaldo Timóteo (PR)

Netinho da Paula (PC do B)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

José Olímpio (PP)

Celso Jatene (PTB)

Alfredinho (PT)

Marco Aurélio Cunha (DEM)

Claudinho de Souza (PSDB)

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Atílio Francisco (PRB)

Gilson Barreto (PSDB)

Adilson Amadeu (PTB)

Souza Santos (PSDB)

Donato (PT)”